



Número: **0057409-63.2014.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/09/2014**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JAYNE ROLIM ALVES (AUTOR)		EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29886237	15/04/2020 16:00	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
30882255	22/05/2020 08:24	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Julio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA _____ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - ESTADO DA PARAÍBA



**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE DE
INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

PROCESSO COM PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999)

JUSTIÇA GRATUITA

1

JAYNE ROLIM ALVES, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 2252727 SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 026.793.204-92, residente e domiciliado à Rua Dep. Jacob Guilherme Frantz, nº 371 - 2º Andar - Apto 02 - Centro, São João do Rio do Peixe/PB, CEP: 58.910-000, por conduto de seu advogado in fine subscritor, devidamente constituído pelo incluso instrumento procuratório (ver doc. anexo), com escritório indicado no rodapé da presente exordial, onde recebem intimações e demais expedientes do gênero, vem, mui respeitosamente, diante de Vossa Excelência, tributando súpero e costumeiro acatamento, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sito na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, e **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sito na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-000, pelos motivos fáticos e de direito a seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE

Por ser pobre nos termos a lei 1.060/50, não podendo o autor arcar com as despesas que por ventura decorram desta ação sem que seja prejudicada sua digna sobrevivência ou a sobrevivência de seus familiares, como consta na Declaração de Pobreza anexa, elaborada sob os rigores da lei 7.115/83, requer

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Julio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

digne-se Vossa Excelência em conceder-lhe os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, assegurando inteira Justiça.

DOS FATOS

01 – O suplicante foi vítima de acidente de trânsito datado do dia 30 (trinta) de Julho de 2012, por volta das 07:15 horas, guiando a motocicleta Honda CB 300 R, placa NPX-7729/PB, chassi 9C2NC4310AR028095, licenciada em nome de Paulo Rubens Batista de Andrade, quando passava em frente a igreja Matriz de São João do Rio do Peixe/PB, perdera o controle do veículo, vindo a cair ao solo, sendo socorrido por populares para o Hospital Regional de Cajazeiras/PB.

02 – Referido acidente lhe causou lesões de natureza grave, como fratura exposta do quarto metatarso e falange proximal do quinto quirodáctilo do pé direito, além de escoriações pelo corpo, gerando sequelas no requerente **(PRESENÇA DE EDEMA RESIDUAL NO PÉ DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO SEGUNDO, TERCEIRO, QUARTO E QUINTO PODODÁCTILO DO PÉ DIREITO, ALÉM DE DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MESMO. PRESENÇA DE MARCHA CLAUDICANTE. LIMITAÇÃO DE 40% DA CAPACIDADE FUNCIONAL DO PÉ DIREITO)**, conforme Laudo Médico em anexo.

03 – Fazendo jus, portanto, à indenização por invalidez prevista na lei nº 6.194/74, já que sua incapacidade adveio de acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre, o suplicante encaminhou às suplicadas a documentação legalmente exigida para a liquidação do sinistro.

04 – Numa deliberada tentativa de furtarem-se de suas obrigações legais e burlarem a norma, as requeridas procederam à liquidação do sinistro ao arrepio da lei nº 6.194/74, repassando ao demandante a quantia a título de indenização por invalidez do seguro obrigatório DPVAT incompatível com o grau de invalidez pelo mesmo apresentado, na importância de tão somente **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 13 (treze) de Setembro de 2013.**

05 – Como será demonstrado ao final da instrução processual, em decorrência do acidente de trânsito do qual foi vítima, o promovente ficou com invalidez permanente em grau acima do estimado pelas promovidas, fazendo jus à complementação do valor da indenização que lhe foi repassada, em estrita observância às disposições legais aplicáveis ao caso em espécie.

06 – Pelas razões de fato acima expostas e pelos fundamentos jurídicos que adiante passará a expor, requer o autor desde já que seja julgada inteiramente procedente a presente demanda, para que sejam as rés condenadas à complementação do valor da indenização do seguro DPVAT devida ao autor, a ser apurada mediante perícia médica a ser ordenada por este juízo, quantia esta que deverá sofrer os devidos acréscimos de correção monetária e juros moratórios *ex vi legis*, além de serem condenadas ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS

Como mencionado, quando da qualificação das requeridas, esta são Seguradoras regularmente conveniadas junto à Superintendência de Seguros

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Julio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

Privados - SUSEP; logo, encontram-se legalmente obrigadas a cumprir os termos estipulados para operar junto ao Seguro DPVAT.

Determina o art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004, que se encontra atualmente em vigor, o seguinte, *in verbis*:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.

[...] §4º Os convênios de que trata o "caput" deste artigo deverão estipular que **qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas**.

As requeridas em comento, ante ao **princípio da solidariedade**, que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, estão legitimadas para figurar no polo passivo da presente demanda.

Nesse sentido é o entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça:

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. **LEGITIMIDADE**. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7. - **A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo**, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. - Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido. - "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". (STJ-3ª Turma, AgRg no Ag 751535 / RJ : AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0048090-6. Min. Rel. HUMBERTO GOMES DE BARROS. j. 24/08/2006. DJ **25/09/2006** p. 268).

Portanto, não resta dúvida acerca da legitimidade passiva das seguradoras ora requeridas.

MÉRITO

Da Inconstitucionalidade Formal das Leis Nº 11.945/09 e Nº 11.428/07

Em total afronta à vigente Carta Magna, bem como visando aumentar mais ainda os rendimentos das Seguradoras, e estas, no intuito de pagarem indenizações cada vez menores para as infortunadas vítimas, foi publicada a Medida Provisória nº 451/2008, a qual se transmutou em Lei Federal nº 11.945/09, dando *status* de lei ordinária federal à "Tabela de indenização para invalidez **permanente total ou parcial por acidente**" que vinha sendo diariamente utilizada pelas seguradoras para graduarem o tipo de invalidez das vítimas de acidente de trânsito, graduação esta que nunca havia sido prevista na Lei nº 6.194/74 e que vem sendo expurgada pelo Poder Judiciário.

É imperioso ressaltar, Excelência, que a MP nº 451/2008 surgiu com a intenção de **tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarivamente, pois, que o legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, **é exclusivamente tributária** e em nada se

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Dessa forma, não se verificando a ocorrência de qualquer **afinidade, pertinência ou conexão** com matéria de relevo inerente a toda e qualquer Medida Provisória, mostra-se que a Lei nº 11.945/09 padece de **inconstitucionalidade ativa por vício formal**, pois não atende aos **requisitos da relevância e da urgência**, os quais ultrajam de forma sólida a exigência do *caput* do art. nº 62 da Constituição Federal, assim disposto:

"Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional".

Logo, é palpável a inconstitucionalidade desta questionada lei, em face do não amparo do Presidente da República ao exigido no artigo *supra* da Carta Maior, que desrespeitou norma expressa, materializada pela **inobservância do princípio do devido processo legislativo para a formação das leis**.

Para ilustrar esse posicionamento, o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia (GO), justificou sua brilhante decisão no processo 200.803.356.956, julgando pela total inconstitucionalidade da Lei nº 11.482/2007, originária da MP nº 340, de 29 de dezembro de 2006, a qual reduziu o teto indenizatório do DPVAT de 40 salários mínimos para apenas R\$ 13.500,00. Vejamos:

"[...] O artigo 59, Inciso V, da Carta Magna atribui ao chefe do Poder Executivo a possibilidade de edição de Medida Provisória, desde que obedecidos os limites traçados pelo **artigo 62** da mesma Constituição, que são a relevância e urgência da medida.

No caso em comento, a disciplina do seguro DPVAT não está sujeita a alteração via Medida Provisória, pois o **artigo 22** da Carta Magna dispõe que compete privativamente a União legislar sobre direito civil, política de crédito, câmbio e seguros, e seguridade social, entre outras atribuições legislativas privativas da União.

Não há qualquer urgência ou relevância que justificasse a edição da MP 340/2006, ainda mais quando **usurpada competência privativa do Congresso Nacional**, pois o valor da indenização determinado pela Lei Federal 6.194/1974 vigora desde o ano de 1974, **há mais de 35** (trinta e cinco) anos, e somente agora em período exíguo de 06 (seis) meses, foi editada e convertida em lei Medida Provisória que veio **alterar** apenas pontos da **Lei Especial**, isto de forma **camuflada** com alterações de diversos outros dispositivos de lei, deixando em flagrante a tentativa de burla pelo executivo, de interesse nacional privativo da União. [...]"

Assim também decidiu a **Turma Recursal de Sergipe** nos autos do **Recurso Inominado**, processo nº 201101000827, DJE 26/10/2011 (**ementa abaixo**); **Recurso Inominado**, processo nº 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, processo nº 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, processo nº 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010;

"Ementa: **CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO**

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO *TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM*. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011) 5

Restando, pois, maculado o princípio do devido processo legislativo, resta reconhecer a invalidade da corporificação formal do ato mediante a **declaração de inconstitucionalidade**.

***Da Inconstitucionalidade Material das Leis Nº 11.945/09 e Nº 11.428/07:
Afronta aos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Vedação do Não Retrocesso Social***

Se não bastasse a inconstitucionalidade formal por inobservância do devido processo legislativo, verifica-se ainda, que a nova lei, no qual tratou do seguro obrigatório, também feriu a Constituição sob o aspecto material, destratando o princípio basilar do Estado Democrático de Direito, a saber, o da **dignidade da pessoa humana**, o qual é corolário do direito à indenização por dano material ou moral, conforme o previsto no art. 1º, III, da nossa Carta Magna.

Alexandre de Moraes, na obra *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, Editora Atlas, 2005, leciona:

"A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

[...]

O princípio fundamental consagrado pela Constituição Federal da dignidade da pessoa humana apresenta-se em uma dupla concepção. Primeiramente, prevê um direito individual protetivo, seja em relação ao próprio Estado, seja em relação aos demais indivíduos. Em segundo lugar, estabelece verdadeiro dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes.

Esse dever configura-se pela exigência de o indivíduo respeitar a dignidade de seu semelhante tal qual a Constituição Federal exige que lhe respeitem a própria. A concepção dessa noção de dever fundamental resume-se a três princípios do Direito Romano: *honestere vivere* (viver honestamente), *alterum non laedere* (não prejudique ninguém) e *suum cuique tribuere* (dê a cada um o que lhe é devido)". (p. 129)

Diante disso, denota-se a necessidade de respeitar os valores intrínsecos à natureza humana, que **tornam incapaz de valoração qualquer parte do corpo**, especialmente para fins indenizatórios, na forma como feita pela Lei nº 11.945/09.

A elaboração de uma tabela que estipule valores para partes do corpo humano fere amplamente o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo absolutamente incompatível com o ordenamento jurídico vigente, uma vez que é repudiada a comercialização de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano, exatamente porque se compreende que o corpo humano não pode ser objeto de valoração pecuniária, em razão da sua própria natureza, sendo, inclusive, prevista sanção penal para essa prática.

Destaque-se que o entendimento do excelso Supremo Tribunal Federal sempre foi no sentido de que o ser humano não pode ser tratado como um objeto nas ações Estatais, razão pela qual não é admissível estipular um valor para as partes do corpo humano, tal qual se faz com um bem exposto à compra:

"No ponto, não vejo como haverá de ser diferente entre nós, diante da importância que se confere ao princípio da dignidade humana, enquadrado como postulado essencial da ordem constitucional (art. 1º, III da Constituição). **Na sua acepção originária, este princípio proíbe a utilização ou transformação do homem em objeto dos processos e ações estatais. O Estado está vinculado ao dever de respeito e proteção do indivíduo contra exposição a ofensas ou humilhações**". (STF-107547 SP, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 30/04/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-103 DIVULG 30-05-2011 PUBLIC 31/05/2011)

Desse modo, uma vez que o corpo humano está entre os bens jurídicos impossíveis de serem monetariamente valorados, mesmo que para fins de doação ou pesquisa, não se pode admitir que esse postulado seja excepcionado, justamente, para o **pagamento da indenização de um seguro de natureza eminentemente social**, como é o caso do seguro DPVAT, mesmo porque o tabelamento das partes do corpo jamais corresponderá, concretamente, ao tamanho da perda sofrida por alguém que sofre com a invalidez permanente de determinada parte do corpo.

Tanto é verdade que o ordenamento jurídico pátrio não admite o tabelamento de valores para os bens inerentes à natureza humana, como são exemplos o corpo e os direitos de personalidade, que, em relação ao pagamento de indenizações por danos morais, sempre foi considerada como necessária a

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000.



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

compensação do dano, no caso concreto, posto que não é possível delimitar a real extensão da dor moral suportada por alguém, razão pela qual inexistente uma tabela fixando ou mesmo servindo de parâmetro para as condenações.

Por outro lado, é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Porém é necessário que a indenização do Seguro Obrigatório garanta **patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência/invalidez física.

Os arts. nº 20 e 21 da MP 451 criam uma aberração jurídica ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando os entendimentos dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário.

Por exemplo, vale citar, a **perda incompleta da mobilidade de um ombro** equivale agora a **25%** da indenização total; a **perda anatômica ou completa de um pé** vale **50%** e a **perda da visão completa dos dois olhos** vale **100%** da indenização. Agora pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão?

Diante de uma situação de tão especial delicadeza, é que a lei padece de **inconstitucionalidade material** por **violação ao fundamento da dignidade da pessoa humana, sob a perspectiva de grave afetação e retração do direito constitucional da personalidade**.

Ademais, se a "tabelação" do corpo humano é inconstitucional, o congelamento do valor máximo do seguro em R\$ 13.500,00 também fere os direitos dos Segurados, uma vez que não acompanha o crescimento da inflação, o que torna o valor da indenização cada vez mais irrisório com o passar dos anos.

Ante a flagrante inconstitucionalidade gerada pela publicação da MP nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, alguns Tribunais brasileiros já estão se pronunciando acerca deste tema, tendo o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de suas Turmas Recursais, pacificado o assunto através do ENUNCIADO Nº 26, bem como sua pacífica jurisprudência, que assim dispõe, *in verbis*:

"ENUNCIADO Nº 26 – Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº 11.945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil, (Aprovado em reunião do dia 31/08/2009)... SÚMULA DE JULGAMENTO: Seguro DPVAT. Invalidez permanente. Pólo passivo – Substituição – Inviabilidade – Falta de interesse de agir – Pedido administrativo – Ausência – Irrelevância – Indenização – Valor – CNPS – Competência – MP 451/2008 e Lei nº 11.945/2009 – Inaplicação...

IV – O Conselho Nacional de Seguros Privados, consoante reiteradas decisões das Turmas Recursais e Tribunais pátrios, não tem competência para expedir resolução dispondo sobre o valor da indenização, em apreço, eis que suas resoluções são de hierarquia inferior à lei.

V – A tabela de cálculo criada pela MP 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, não se aplicará a hipótese, por infringir o

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. João César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

princípio da dignidade da pessoa humana (Enunciado nº 26 das TRCC/MA)".

No mesmo sentido já se manifestou o respeitável Juízo da 15ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, nos autos do Processo nº 69171-87.2009.8.06.0001/0, em caso semelhante ao aqui narrado, cuja fundamentação e parte dispositiva segue abaixo:

"SENTENÇA - (...) No art. 3º, inciso II, Lei nº 6.194, há a previsão de que uma vez constatada a invalidez permanente, a quantia a ser paga a título de indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), não podendo ser feita qualquer referência objetiva acerca do valor devido pelos diferentes tipos de lesão.

À lei caberia estipular, tão somente os requisitos a serem analisados pelo expert para a conclusão da incapacidade permanente, não podendo as seguradoras ou o próprio legislador estabelecer valores fixos a serem pagos por cada tipo de lesão.

Dessa forma, é, plenamente cabível a demanda proposta pela parte autora de receber o valor integral previsto em lei, [...].

Diante disso, **entendo pela inconstitucionalidade da expressão "até"**, expressa no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74, devendo o Seguro Obrigatório ser pago no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), previsto em lei, bastando, para tanto, a prova do acidente e da invalidez permanente, tendo em vista o impedimento de atribuir um preço para as partes do corpo humano, em razão da **inalienabilidade e da indisponibilidade da dignidade, da vida, da saúde e da integridade física**.

[...]

Ainda assim, denota-se que as disposições atinentes à implementação de tabela valorando as partes do corpo humano, referentes ao Seguro Obrigatório DPVAT, regulado pela Lei nº 6.194/74, não se encontra em consonância com os dispositivos constitucionais que resguardam o **princípio da dignidade da pessoa humana**.

[...]

Diante disso, é imposta a necessidade de serem afastadas quaisquer tentativas de coisificar a natureza ou existência humana, o que torna evidente a inconstitucionalidade do dispositivo legal que pretende fixar valores objetivos às partes do corpo.

O tabelamento das partes do corpo humano é rechaçado pelo ordenamento de modo sistêmico, tanto que não admite, por exemplo, a doação onerosa de órgãos ou a cobrança para participação em experimentos de saúde, podendo tais condutas serem tipificadas como crimes.

[...]

Assim, se a alguém não é dado o direito de cobrar para doar um órgão seu, essa mesma pessoa não pode ter a parte do seu corpo que foi lesionada permanentemente por um acidente automobilístico valorada, para fins de recebimento do seguro obrigatório, uma vez que isso ofenderia não somente a dignidade humana, mas, também, a razoabilidade e a proporcionalidade, na medida em que estar-se-ia permitindo que intentos lucrativos se sobrepusessem a valores mais relevantes, como a vida e a integridade humana.

[...]

Dessa forma, não é possível engessar o valor atribuído a um órgão humano para fins indenizatório, haja vista a sua incomensurabilidade, decorrente da qualidade do indivíduo de ser

8

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

dotado de dignidade, não podendo, por tal razão, ter o seu corpo quantificado, tal qual se daria como um objeto.

Insta salientar que o Seguro DPVAT tem caráter **preponderantemente social**, de modo que a indenização é devida com a simples prova do nexo de causalidade entre o acidente e as lesões permanentes suportadas pela vítima.

[...]

Dessa forma, declaro a inconstitucionalidade da expressão "até", expressa no art. 3º, II, da Lei 6.194/74, o que, aliado à prova colhida nos autos, notadamente a prova do acidente e a patente invalidez permanente da parte autora decorrente do sinistro descrito na inicial, à legislação específica e aos entendimentos jurisprudenciais declinados, me faz julgar **PROCEDENTE** a demanda, condenando a parte requerida ao pagamento do valor complementar de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devidamente corrigidos a partir do ajuizamento da ação e juros de mora a partir da citação.

Condeno a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20%, levando em consideração os quesitos expressos no art. 20, §3º alíneas a, b, c, do CPC.

Considerando o disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil, com a redação que lhe deu a Lei 11.232/05, caso a parte ré não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado, os valores da condenação e da verba honorária serão acrescidos de multa de 10% (dez por cento). [...]

(Procedimento Sumário: Processo nº 69171-87.2009.8.06.0001/0.

Disponibilizada em 01/02/2012)

Ademais, na medida em que a **dignidade da pessoa humana** é elevada 9 como **fundamento constitucional**, surge o chamado "**princípio do não retrocesso-social**", também denominado por alguns doutrinadores de **aplicação progressiva dos direitos sociais**, visando à garantia e progresso de conquistas alcançadas pela sociedade.

Evidente, pois, o prejuízo em detrimento do **princípio da dignidade da pessoa**, que teve o seu campo de incidência e potencialidade reduzido. Em se tratando do atual estágio do **Estado Democrático de Direito**, o **princípio da vedação do retrocesso** na atividade estatal incide perfeitamente no caso em questão, pois uma vez que a regulação de um tema tenha alcançado um determinado grau de desenvolvimento social, **não pode o legislador retroagir a um estado anterior menos benéfico**, sob pena de admitir a extirpação da boa-fé e segurança jurídica.

Isto posto, uma vez que o corpo humano não pode ser tabelado para atender aos interesses meramente financeiros das seguradoras responsáveis pelo pagamento do SEGURO SOCIAL DPVAT, sob pena de o interesse público primário estar sendo sobrelevado por interesses estritamente particulares, **impõe-se a declaração da inconstitucionalidade da tabela** introduzida pelo art. nº 32 da Lei nº 11.945/09, bem como do art. 8º, da lei nº 11.482/07, que estabeleceu o patamar máximo e imutável de indenização do seguro em apenas R\$ 13.500,00.

Da Obrigatoriedade e do Quantum Indenizatório

Aduz a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, no seu art. 5º, §1º, o seguinte:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente,

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. João César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: [...].

Uma vez comprovada a existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pelo autor, oriundas do referido acidente, outra opção não restava à seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório – DPVAT.

Referida lei ordinária federal, com a alteração introduzida pela Lei nº 11.482/2007, no seu art. 3º, “b”, determina que:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [...].”

Assim, ainda que se admita, por um momento, a aplicação do teto máximo previsto no supracitado artigo, de apenas R\$ 13.500,00, nem mesmo tal valor foi pago ao requerente, mas apenas a mísera quantia de **R\$ 1.687,50 (HUM SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, restando ¹⁰ ao autor o remanescente equivalente a **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, valor este que deverá ser acrescido de juros e correção monetária desde o inadimplemento das promovidas, conforme tabela abaixo:

Valor recebido administrativamente	R\$ 1.687,50
Valor devido à época (art. 3º, II da Lei 6194/74, com redação dada pela Lei 11.482/2007).	R\$ 13.500,00
Remanescente	R\$ 11.812,50

Como é do conhecimento de todos que participam do mundo forense, as seguradoras, além de utilizarem a tabela de graduação inserida nos anexos da lei nº 11.945/09, ainda aplicam tabelas criadas por resoluções administrativas, minorando ainda mais o valor de um seguro, repita-se, de cunho eminentemente social, como é o Seguro DPVAT.

Ressalte-se que o pagamento parcial efetuado à parte requerente não tem o condão de inviabilizar a cobrança do valor remanescente pela via judiciária, senão vejamos entendimento recente do **Tribunal de Justiça da Paraíba**:

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. CONCESSÃO DE MONTANTE INFERIOR AO REQUESTADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. APELO DA PROMOVIDA. ALEGAÇÃO DE

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

12
9

COMPROVAÇÃO, NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APENAS DE DEBILIDADE DE 60% DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. LAUDO TRAUMATOLÓGICO QUE ATESTA A PERDA DE 100% DA AUDIÇÃO BILATERAL. OBRIGAÇÃO DE PAGAR O VALOR REFERENTE AO SEGURO OBRIGATÓRIO NO PERCENTUAL DE 50% DO MONTANTE MÁXIMO. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, § 1º, II, DA LEI 6.194/74, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.945/2009. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Estando comprovada a ocorrência do sinistro, do dano dele decorrente e que o montante foi pago a menor, é devido o pagamento indenizatório". (TJPB - APL: 00189354720128150011, Relator: ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, QUARTA CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, Data de Publicação: 22/04/2014)

Por tais fundamentos, Excelência, desde já se requer a declaração incidental de inconstitucionalidade das leis nº 11.482/07 e nº 11.945/09, ante a sua flagrante inconstitucionalidade formal (requisitos autorizadores da Medida Provisória – art. 62, CF/88) e material (afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e vedação ao retrocesso social), conforme apontado linhas acima.

Dos Pedidos Subsidiários

Na remota hipótese de Vossa Excelência não esposar o entendimento *supra* explanado, quanto ao reconhecimento da inconstitucionalidade da Tabela inserida pela Lei nº 11.945/09, requer, *subsidiariamente*, que seja aplicada a 11 Tabela de Graduação constante dos anexos da Lei nº 11.945/09, devendo ser esta, e somente esta, a graduação aplicável ao caso, não sendo admissível a utilização de tabelas provenientes de resoluções internas da promovida, que minoram ainda mais o valor do seguro.

Acaso assim seja, o autor entende que as sequelas resultantes do acidente de trânsito (fratura exposta do quarto metatarso e falange proximal do quinto quirodáctilo do pé direito) geraram sequelas irreversíveis no requerente (PRESENÇA DE EDEMA RESIDUAL NO PÉ DIREITO. PRESENÇA DE BLOQUEIO ATIVO DOS MOVIMENTOS DE FLEXÃO E EXTENSÃO DO SEGUNDO, TERCEIRO, QUARTO E QUINTO PODODÁCTILO DO PÉ DIREITO, ALÉM DE DIMINUIÇÃO DA FORÇA MUSCULAR DO MESMO. PRESENÇA DE MARCHA CLAUDICANTE. LIMITAÇÃO DE 40% DA CAPACIDADE FUNCIONAL DO PÉ DIREITO).

Assim sendo, por ter pago ao autor valor inferior ao autorizado pela Tabela, as promovidas deverão complementar essa quantia, observando-se o valor proporcional à sequela conforme a Tabela da Lei nº 11.945/09, por ser medida de Direito.

Do Pedido Liminar

Liminarmente, requer que Vossa Excelência determine as partes requeridas que tragam aos autos cópia do processo administrativo que tramitou em favor do requerente, por ser medida essencial ao deslinde da lide, sobretudo por se tratar de ser documento comum às partes, ou seja, sua exibição é obrigatória conforme dispõe o art. 355 c/c 358, III, ambos do CPC, *in verbis*:

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

"Art. 355- O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se ache em seu poder.

Art. 358- O juiz não admitirá recusa:

[...]

III- se o documento por seu conteúdo, for comum às partes".

Dessa forma, existindo documentos comuns em poder das requeridas, é totalmente pertinente a presente medida judicial, existindo ao autor o direito de ver todo conteúdo existente neles, e, ainda, a necessidade de instruir o feito com documentos que tendem, tão somente, a CONSTITUIR PROVA.

Logo, a presente medida se faz claramente necessária ante o caráter eminentemente social do seguro obrigatório, bem como para corroborar os fatos ora apresentados e chegar-se à verdade precisa de quais valores já foram parcialmente recebidos pelo demandante.

Ademais, acaso deferido o presente pedido de liminar, **nenhum prejuízo será causado às partes promovidas**, posto o presente pedido não espelhar decisão meritória, e, portanto, nem em uma interpretação por demais restritiva, não possui caráter de irreversibilidade.

Ex positis, requer, inicialmente, a parte autora, que Vossa Excelência conceda a liminar acima pleiteada, com o fim de que seja determinado que as requeridas apresentem cópia integral do processo administrativo que tramitou em favor do requerente, **SINISTRO Nº 2013161437**, até a audiência conciliatória a ser designada por este ínclito Juízo, a fim de que se possa verificar os valores já recebidos, bem como os valores que restam para receber, em virtude da possibilidade de amplo acesso pela requerida ao sistema "MEGA DATA", sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do autor.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, vem à parte requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

a) Requer o autor que sejam as demandadas citadas nos endereços dispostos na parte preambular desta exordial, para que, querendo, apresentem respostas à inicial no prazo legal, sob pena de incorrerem nos efeitos da revelia, conforme dispõe o art. nº 319, do Código de Processo Civil;

b) Que ao presente feito seja dado o rito previsto no art. nº 275, II, "e", do Código de Processo Civil (procedimento sumário);

c) Seja deferida por Vossa Excelência a gratuidade da Justiça, por ser o requerente pobre na forma da Lei, fazendo jus em ter a seu favor, o deferimento do benefício esculpido nas Leis nº 1.060/50 e nº 7.115/93;

d) Requer a concessão de Medida Liminar na presente demanda no sentido de determinar que as requeridas apresentem cópia integral do processo administrativo que tramitou em favor do requerente, **SINISTRO Nº 2013161437 sob pena da incidência de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo** a título de *astreintes* em favor do autor, em caso de seu descumprimento;

e) Que seja determinada a inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/1990;

f) Caso, Vossa Excelência, julgue necessário, designação de perícia médica para averiguar o grau de seqüela das lesões do autor, às custas da Seguradora, a fim de se liquidar o correto valor da indenização a ser paga à vítima;

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Julio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

O Perito deverá ser nomeado por Vossa Excelência e, intimadas as partes para apresentarem seus *Expert's* Assistentes e respectivos quesitos;

g) A declaração incidental de inconstitucionalidade das leis nº 11.482/07 e nº 11.945/09, ante a sua flagrante inconstitucionalidade formal (requisitos autorizadores da Medida Provisória – art. 62, CF/88) e material (afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e vedação ao retrocesso social), com a consequente condenação da requerida ao pagamento de 40 salários mínimos ao autor, ou ainda, se apenas a Tabela da Lei nº 11.945/09 for declarada inconstitucional, que a requerida seja condenada a pagar o valor residual do seguro em **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**;

h) *Subsidiariamente*, caso não seja esse o entendimento esposado por Vossa Excelência, que seja aplicada a Tabela de Graduação constante dos anexos da lei nº 11.945/09, devendo ser esta, e somente esta, a graduação aplicável ao caso, vedando-se a utilização de tabelas provenientes de resoluções internas das promovidas, que minoram ainda mais o valor do seguro, mediante o pagamento do valor proporcional que corresponde à lesão, conforme a dita tabela.

i) Condenação das demandadas nas custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

j) Roga que quaisquer notificações concernentes ao presente processo sejam exclusivamente realizadas em nome de Dr. JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA, inscrito na OAB/CE sob nº 6.584 e OAB/PB sob nº 18.596-A, sob pena de nulidade.


Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, tais como juntada de novos documentos e inquirição dos representantes legais das promovidas, perícias, além de oitiva de testemunhas, que abaixo estão arroladas, e outros mais necessários para o deslinde da presente demanda.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa/PB, 08 de Agosto de 2014.


JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA
OAB/PB nº 18.596-A
OAB/CE nº 6.584

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



ASSESSORIA JURÍDICA E CONSULTORIA

Dr. Júlio César Ribeiro Maia - OAB/PB nº 18.596-A e OAB/CE nº 6.584

15

ROL DE TESTEMUNHAS

01 – MATHEUS ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, balconista, residente e domiciliado na Rua Projetada, S/N, Jardim Bela Vista, Sousa/PB.

02 – JOÃO DANTAS FILHO, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliado na Rua Jacob Frants, S/N, Centro, São João do Rio do Peixe/PB, CEP: 58.910-000.

03 – WIRLEY DOS SANTOS SOUSA, brasileiro, casado, taxista, residente e domiciliado na Rua Tenente Arsênio, nº 281, Centro, Cajazeiras/PB, CEP: 58.900-000.

As testemunhas comparecerão a este Juízo em data e horário previamente designados para a realização da audiência de instrução e julgamento, as quais deverão ser regularmente notificadas através de mandado judicial.

ROL DE QUESITOS

a) As lesões descritas nos documentos médicos apresentados pelo (a) autor (a) são compatíveis com as normalmente causadas em acidente de trânsito e, portanto, é possível estabelecermos nexo de causalidade?

14

b) O promovente apresenta debilidade, deformidade ou limitação funcional que pode ser caracterizada como invalidez permanente? Em caso positivo, que grau de invalidez ao (a) mesmo (a) poderia ser atribuído?

Nestes termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa/PB, data retro.



JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA

OAB/PB nº 18.596-A

OAB/CE nº 6.584

Endereço profissional: Rua Odilon Cavalcante, nº 09, Bairro Centro, Cajazeiras/PB - CEP: 58.925-000



16
5

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: JAYNE ROLIM ALVES, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade número 2252727 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 026.793.204-92, residente e domiciliado à Rua Dep. Jacob Guilherme Frantz, Nº 371 2º Andar AP 02 – Centro – São João do Rio do Peixe/PB - CEP: 58910-000.

OUTORGADO(S): JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-CE sob o nº. 6.584 e OAB-PB sob o nº 18.596-A e **ROGERIO MAIA PINHO**, brasileira, solteiro, acadêmico em Direito, ambos com escritório profissional na RUA ODILON CAVALCANTE, 09 – CENTRO – CAJAZEIRAS (PB), CEP: 58.900-000, onde o primeiro recebe intimações e/ou notificações.

PODERES: Para a cláusula "ad judícia", bem como ainda perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo assinar documentos, dar informações, esclarecimentos, contraditar testemunhas, oferecer contestação, replicar, apresentar recursos, conciliar, transigir, e em especial requerer qualquer Ação perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive em caráter irrevogável e irretratável, substabelecendo e demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato.

Cajazeiras-PB, 13 de setembro de 2013.

Jayne Rolim Alves



17
8

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **JAYNE ROLIM ALVES**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade número 2252727 SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 026.793.204-92, residente e domiciliado à Rua Dep Jacob Guilherme Frantz, Nº 371 2º Andar AP 02 – Centro – São João do Rio do Peixe/PB - CEP: 58910-000.

DECLARO, para os devidos fins de direito, perante a Justiça do Estado do Ceará, nos termos da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, de que sou pobre na acepção jurídica do termo e não disponho de condições econômicas para custear as despesas judiciais sem sacrifício do meu sustento próprio e da minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pela declaração acima, sob as penas da lei, assinando a presente declaração para que produza seus efeitos legais de condições econômicas.

Cajazeiras - Paraíba, 13 de setembro de 2013.

Jayne Rolim Alves





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

Jayne Rolim Alves
Vivianne Ribeiro Duarte

MATRÍCULA:

070789 01 55 2010 3 00001 058 0000115 71



NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

Jayne Rolim Alves, nascido em vinte e dois de junho de um mil novecentos e setenta e nove (22/06/1979), natural de Cajazeiras-PB, brasileiro. Filho de José Alves da Silva e Carmina Rolim Alves.

Vivianne Ribeiro Duarte, nascida em doze de julho de um mil novecentos e oitenta (12/07/1980), natural de Ipaurim-CE, brasileira. Filha de José Getúlio Duarte e Marta Maria Ribeiro Duarte.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

três de agosto de dois mil dez

DIA	MES	ANO
03	08	2010

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: Vivianne Ribeiro Duarte Rolim

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

O casamento foi celebrado religiosamente com efeito civil na Igreja Santuário Eucarístico do Bom Jesus Aparecido, nesta cidade em data de 24/07/2010 às 9:00hs tendo como celebrante Padre José Elias de Sousa Sá

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS
Rua: Quintino Bocaiuva, nº 16 - Centro - Sousa-PB
Doris Maria Langbehn Pinto
Oficial do Registro Civil
Substituto
Filipe Denis Langbehn Pinto
Escrivão

NOME DO OFÍCIO

Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do município e comarca de Sousa - Estado da Paraíba

OFICIAL REGISTRADOR

Doris Maria Langbehn Pinto

MUNICÍPIO/UF

Sousa-PB

ENDEREÇO

Rua: Quintino Bocaiuva, nº 16 - Centro, Email: rcpsousa@hotmail.com, Sousa-PB - Fone: (83)3521-2142

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Sousa-PB, 3 de Agosto de 2010

Doris Maria Langbehn Pinto
Oficial do Registro Civil

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

840745



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO

- SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT -

Nº DO SINISTRO

(CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA)

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do/a beneficiário/a da indenização do Seguro Dpvat, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Jayne Rolim Alves
PORTADOR / A DO RG Nº 7252727 EXPEDIDO POR SSP-PB EM 17/01/96, CPF / CNPJ
Nº 026.793.204-92, PROFISSÃO Comerciante E RENDA MENSAL DE R\$
NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO / A DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO OU REEMBOLSO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DPVAT DA VITIMA Jayne Rolim Alves
AUTORIZO A SEGURADORA MAPERE SEGUROS S/A
A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento. Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

() CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)

Nº BANCO Nº AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

Nº CONTA CORRENTE

() CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

Nº BANCO 237 Nº AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

Nº CONTA POUPANÇA

() CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

Nº BANCO 001 Nº AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

Nº CONTA POUPANÇA

() CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

Nº CONTA POUPANÇA

() CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

Nº CONTA POUPANÇA

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO / CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL Cajazeiras - PB

DATA 10/04/13

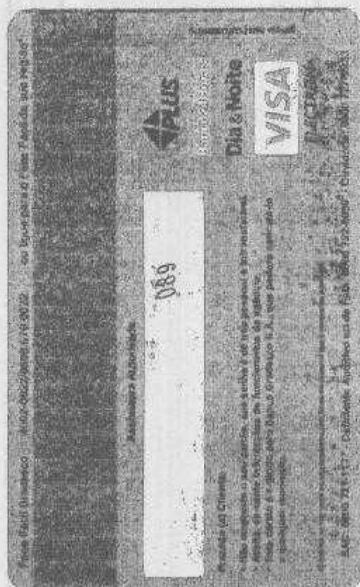
ASSINATURA DO/A BENEFICIÁRIO/A

ATENÇÃO:

- O Seguro DPVAT garante: indenização de R\$ 13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$ 13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das seqüelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares (valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP).
- Para acompanhar o andamento do pedido da indenização, acesse www.dpvat.com.br ou ligue (21) 4009-1709, de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h.

- A Circular Susep nº 380/08, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.





20



71
b

RELATÓRIO DE PERÍCIA MÉDICA

Trata-se do periciado **JAYNE ROLIM ALVES**, 33 Anos vítima de acidente com moto em 31/07/2012, no município de São João do Rio do Peixe/PB.

Apresentava, em decorrência do trauma, fratura exposta do quarto metatarso e falange proximal do quinto pododáctilo do pé direito, além de escoriações pelo corpo.

Foi submetido a tratamento cirúrgico da fratura exposta do quarto metatarso e falange proximal do quinto pododáctilo do pé direito com sutura do mesmo evoluindo com infecção secundária e realizado nova limpeza cirúrgica. Paciente teve alta definitiva em 25/10/2012.

Ao exame observamos presença de cicatriz curva plana, de cerca de 09 cm localizada na face dorsal lateral externa do pé direito (Cicatriz de exposição óssea e acesso cirúrgico). Presença de edema residual no pé direito. Presença de bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão do segundo, terceiro, quarto e quinto pododáctilo do pé direito além de diminuição da força muscular do mesmo. Presença de marcha claudicante.

Do exposto, concluímos que há limitação em 40% da capacidade funcional do pé direito.

Icó Ceará, 15/01/2013.

Dr. José Geraldo Vale Matos
MÉDICO
CRM 2216 - CPF 073762353-53

Dr. JOSÉ GERALDO VALE MATOS
CRM 2216 - CPF 073762353-53



228

Jayme Ralim Alves 31265691

Prorrogações

55-Data 01/08/22		56-Senha 240R878		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod		59-Acomodação		60-Qtd.	
61-Tabela		62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtd.		65-Qtd. Aut			
				RECURSO C/ INTERESSE DO PELO E PROPR. INTERESSE						05	
66-Tabela		67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtd.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$	
						09					
55-Data 06/08/22		56-Senha		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod		59-Acomodação		60-Qtd. Autorizada	
61-Tabela		62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtd.		65-Qtd. Aut			
				X RECURSO C/ INTERESSE DO PELO E PROPR. INTERESSE							
66-Tabela		67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtd.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$	
						02					
55-Data		56-Senha		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod		59-Acomodação		60-Qtd. Autorizada	
61-Tabela		62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtd.		65-Qtd. Aut			
66-Tabela		67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtd.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$	

23
9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
521140043

521140043

PROIBIDO PLASTIFICAR
521140043

NOME
JAYNE ROLIM ALVES

DOC. IDENTIDADE / ORGANISMO DE
2252727 SSP PB

CPF
026.793.204-92 DATA NASCIMENTO
22/06/1979

FUNÇÃO
JOSE ALVES DA SILVA
CARMINA ROLIM ALVES

PERMISSÃO
ACC
CATIMA
AB

Nº RENESSA
05145356690 VALIDADE
21/11/2015 1ª EMISSÃO
18/02/2011

OBSERVAÇÕES
A 1

Assinatura do Portador

LOCAL
SOUSA, PB DATA EMISSÃO
28/02/2012

Assinatura do Emissor

16069541710
PB023706473

DETRAN - PB (PARAJIBA)





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA
9ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE



- CERTIDÃO -

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências nº 01/2012, nele encontrei, às fls. 127, de Registro nº 290 / 2012, cujo teor passo agora a transcrever na íntegra: AO(S) 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2012, NESTA CIDADE DE São João do Rio do Peixe, ESTADO DA PARAÍBA E NESTA DELEGACIA DE POLÍCIA, PRESENTE A AUTORIDADE POLICIAL Del Pol ANTONIO LUIZ BARBOSA NETTO, COMIGO, ESCRIVÃO DE SEU CARGO, NO FINAL ASSINADO E DECLARADO, AI, POR VOLTA DAS 11h30min, COMPARECEU: VIVIANNE RIBEIRO DUARTE, brasileira, casada, Bancária, natural de Ipaumirim/CE, com 32 anos, filha de José Getúlio Duarte e Mareta Maria Ribeiro Duarte, residente na rua Jacob Frantz, Centro, 173, Edifício João Nóbrega, 2º Andar, São João do Rio do Peixe-PB. DECLAROU: QUE, é esposa de JAYNE ROLIM ALVES, o qual foi vítima de queda de moto, fato ocorrido pelas 07:15 horas da manhã de 30/07/2012; QUE, seu esposo vinha guiando sua moto Honda CB 300 R de Placa NPX-7729/PB, chassi 9C2NC4310AR028095, Cód. Renavam 17728162-6, matriculado em nome de Paulo Rubens Batista de Andrade, quando em frente a Igreja Matriz de São João do Rio do Peixe/PB, veio a perder o controle e caiu; QUE, o mesmo foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional de Cajazeiras/PB com fratura exposta no pé direito; QUE, seu esposo foi transferido para o Hospital Santa Terezinha de Sousa/PB, onde foi cirurgiado, sendo que fez uma cirurgia já em Cajazeiras/PB; QUE, seu esposo encontra-se atualmente sem poder trabalhar e só anda com ajuda de muletas. Ciente o (a) declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, excepo a presente Certidão, conforme o teor do seu registro.x.x.x.

São João do Rio do Peixe/PB, 25 de Setembro de 2012.

NOTICIANTE:

Vivianne Ribeiro Duarte

MOTIVO: acidente de trânsito

Antonio Luiz Barbosa Netto
ESCRIVÃO POL. CIVIL
MAT. 55 108-6



MATERIAL UTILIZADO

1. Lata e 1. Lata

EVOLUÇÃO DO PACIENTE
 Evolução de quadro clínico
 - Evoluções, Sinais Vitais, exames
 - exame de diurese, exames laboratoriais

Glaudemara Pereira Dantas
 TÉCNICA EM ENFERMAGEM - SAMU
 CREA: PB 587141
 CPF: 072330714360

JE TRANSPORTOU O PACIENTE: ☐ USA ☒ OUTRO *06/11/20*

LEDE PAIOS: ☐ HOSPITAL SÃO FRANCISCO
☐ PRONTO ATENDIMENTO AMARILHOS
☒ LIBERADO PARA O ATENDIMENTO
☐ OUTRO *PRC*

RESERVA DO PACIENTE
20 Aguardada maliciol

TERMO DE RECUSA

Não estou recusatando o atendimento disponibilizado pelo SAMU (H2 - São João do Rio do Peixe - PB).

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

R.G.

TRANSPORTE SECUNDÁRIO

Remoção: ☐ Função:

☐ Serviço de Maior Complexidade ☐ Transferência Simples

Resumo: *Parvê*

IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

Dantas
 M. SAMU
Elizângela Maria de Melo
 TÉCNICA EM ENFERMAGEM
 COREN - CE Nº: 410233



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192
FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA / ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO / OCORRÊNCIA

HEMORRÓIA: *01*
 LOCAL DO REGISTRO: *192*
 CIDADE: *João Pessoa*
 DATA: *30/04/2020*
 HORA: *14h30*

IDENTIFICADO: *João Ricardo Pereira*
 IDADE: *33*
 SEXO: *M*
 NOME: *João Ricardo Pereira*
 ENDEREÇO: *João Ricardo Pereira*

PROBLEMA: *João Ricardo Pereira*
 SINTOMAS: *João Ricardo Pereira*
 HISTÓRICO: *João Ricardo Pereira*

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: *João Ricardo Pereira*
 APOIO NO LOCAL: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*
 AVALIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

SINAIS VITAIS E DADOS COMPLEMENTARES: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*

AVIAÇÃO PRIMÁRIA: *João Ricardo Pereira*



GUIA DE ADMISSÃO

Internamento: 12001456

Data: 31/07/2012 Hora: 09:46

Leito: 0001

Acomodação: BLOCO B / APARTAM

DADOS DO PACIENTE

Paciente: 09151001 JAYNE ROLIM ALVES

Sexo: Masculino

Nascimento: 22/06/1979

Endereço: RUA VITÓRIA ALVES DA SILVA, 0 - Bairro: JARDIM IRACEMA

Município: SOUSA

UF: PB

CEP: 58800-000

Telefone: 83 9138.1666

Mãe: CARMINA ROLIM ALVES

Pai:

Documento: [2] 2252727

DADOS REFERENTES À INTERNAÇÃO

Especialidade: 05 ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Convenio: SAUDE BRADESCO nº: 960016177620017

Med Solicitante: LUIZ ALBERTO GADELHA DE OLIVEIRA

Validade: 01/04/2016

Senha:

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O abaixo assinado JAYNE ROLIM ALVES, pessoa responsável pelo doente JAYNE ROLIM ALVES, dá plena autorização aos médicos do Hospital e Maternidade Santa Terezinha que o assitirem, para fazer as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas no regulamento do estabelecimento.

Antônio Ribeiro Duarte Rolim
Assinatura do Paciente ou Responsável

ANAMNESE:

paciente vítima de acidente de moto e dor e incontinência de urina

Queixa Principal:

História da Doença Atual:

paciente na moto e se espatifou e dor e incontinência de urina

EXAME FÍSICO:

paciente de espatifamento na moto e limite de elevação dos membros

DIAGNÓSTICO:

Fratura da perna da mãe e fratura da mão da mãe

Procedimento

C.I.D.

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

CEP: 58800-000 CEM 4027

Sousa - PB 31/07/2012

Guia 12001456 emitida por KALINE



27
0

PRESCRIÇÃO MÉDICA

COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR
Santa Terezinha

Paciente: Jayne Orlim

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO
11/02/18		2 Rila 1000 appt amest
10-20		2 Soro rehidrat 500ml e.v. 8/18h
12-30-04		2 Cefazolin 2g e.v. 8/18h
12-30-04		2 Met Gl 50 e.v. 8/18h
12-30-04		2 Meximil 50 3 e.v. 8/18h 500ml e.v.
12-18-24		2 Depirona amest 400 e.v. 8/18h
na 10/12/18	12	2 Depirona amest 400 e.v. 8/18h
01/10/18		2 Rila 1000
1-20		2 Soro rehidrat 500ml e.v. 8/18h
12-20-04		2 Cefazolin 2g e.v. 8/18h
12-20-04		2 Met Gl 50 e.v. 8/18h
12-20-04		2 Meximil 50 3 e.v. 8/18h 500ml e.v.
12-18-04		2 Depirona amest 400 e.v. 8/18h
12		2 Depirona amest 400 e.v. 8/18h

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413
Número do documento: 2004151600240000000028745413

Complexo Médico Hospitalar Santa Terezinha -
R. Visconde José Marinho s/n - Jardim Guadalupe - CEP 20.040-000

Laiz Alho



PRESCRIÇÃO MÉDICA



COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR
Santa Terezinha

Paciente:

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO
12/08/11		Apixita 1000
12/08/11	20	B. Soro Fetalog. 300ml c.v. 12h
12/08/11	04	C. Ceftriaxona 1g c.v. 8h
12/08/11	04	A. Metoclo 500 - c.v. 8h
12/08/11		B. Oximetazolina 240 c.v. 12h
12/08/11	04	B. Metoclo 500 2 c.v. 8h
		500ml c.v. 12h
		Apixana 1000 1000 c.v. 12h
12/08/11		Realizado B. Oximetazolina 240 c.v. 12h
		Apixana 1000 1000 c.v. 12h
12/08/11	20	B. Soro Fetalog. 300ml c.v. 12h
12/08/11	04	C. Ceftriaxona 1g c.v. 8h
12/08/11	04	A. Metoclo 500 c.v. 8h
12/08/11		B. Oximetazolina 240 c.v. 12h
12/08/11	04	B. Apixana 1000 1000 c.v. 12h
		A. Oximetazolina 240 c.v. 12h

CPF 343.086.000-90 CRM 4097

CPF 343.086.000-90 CRM 4097



COMPLEXO MEDICO HOSPITALAR
Santa Terezinha

Pacients:

[illegible]

Complexo Médico Hospital Santa Teresinha -

R. Vereador José Honório s/n - Jardim Sorrislândia - CEP BR 601.200 - Soares BB - Tel - 02 3805 4372 Fax - 02 3805 4372



Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

Número do documento: 2004151600240000000028745413

Num. 29886237 - Pág. 29

F1045

PRESCRIÇÃO MÉDICA



Santa Terezinha

Paciente:

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO
16/05/10		<p>Atenka 1000</p> <p>Receita 1000mg e 1000mg P.V.M.</p> <p>Desparafen 29 P.V.M.</p> <p>Al. Bismutato 24 P.V.M.</p> <p>Diagnóstico 100 P.V.M.</p> <p>Atenka 1000</p>
07/05/10		<p>Atenka 1000</p> <p>Receita 1000mg e 1000mg P.V.M.</p> <p>Desparafen 29 P.V.M.</p> <p>Al. Bismutato 24 P.V.M.</p> <p>Diagnóstico 100 P.V.M.</p> <p>Atenka 1000</p>

Complexo Médico Hospital Santa Teresinha -

© 2003 Newline Hospital Center, Inc. - Dallas, Texas - AED 800.842.5000 - Dallas, TX - Tel: 83.3522.1777 - Fax: 83.3522.2790 - help@newline.com.br



31
8

EVOLUÇÃO MÉDICA



COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR

Santa Terezinha

Paciente:

31/01/2021

DATA	EVOLUÇÃO
01/01/21	Paciente bem e sem queixas
02/01/21	Paciente o/ sem de queixas
03/01/21	Paciente o/ sem de queixas
04/01/21	Paciente o/ sem de queixas
05/01/21	Paciente o/ sem de queixas
06/01/21	Paciente o/ sem de queixas
07/01/21	Paciente o/ sem de queixas
08/01/21	Paciente o/ sem de queixas
09/01/21	Paciente o/ sem de queixas
10/01/21	Paciente o/ sem de queixas
11/01/21	Paciente o/ sem de queixas
12/01/21	Paciente o/ sem de queixas
13/01/21	Paciente o/ sem de queixas
14/01/21	Paciente o/ sem de queixas
15/01/21	Paciente o/ sem de queixas
16/01/21	Paciente o/ sem de queixas
17/01/21	Paciente o/ sem de queixas
18/01/21	Paciente o/ sem de queixas
19/01/21	Paciente o/ sem de queixas
20/01/21	Paciente o/ sem de queixas
21/01/21	Paciente o/ sem de queixas
22/01/21	Paciente o/ sem de queixas
23/01/21	Paciente o/ sem de queixas
24/01/21	Paciente o/ sem de queixas
25/01/21	Paciente o/ sem de queixas
26/01/21	Paciente o/ sem de queixas
27/01/21	Paciente o/ sem de queixas
28/01/21	Paciente o/ sem de queixas
29/01/21	Paciente o/ sem de queixas
30/01/21	Paciente o/ sem de queixas

Luiz Adilson Gadelha de Oliveira
CPF 343.086.804-91 CRM 4027

Luiz Adilson Gadelha de Oliveira
CPF 343.086.804-91 CRM 4027

Luiz Adilson Gadelha de Oliveira
CPF 343.086.804-91 CRM 4027

Luiz Adilson Gadelha de Oliveira
CPF 343.086.804-91 CRM 4027

Luiz Adilson Gadelha de Oliveira
CPF 343.086.804-91 CRM 4027

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha -

Av. Manoel José de Almeida s/n - Jardim Santa Terezinha - CEP 58.605-290 - Sousa PB - tel.: 83 3522.1777 - Fax: 83 3522.2790 - hst@newline.com.br



Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413>

Número do documento: 2004151600240000000028745413

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

DATA:



COMPLEXO MEDICO HOSPITALAR
Santa Terezinha

F103a

nome do paciente:

N. R.

drug/No:

1^o MAX HIG:

நாவுகனியம்:

2° auxilliat.

ମାତୃତ୍ୱ:

diagnóstico pré-operatório

operação proposta:

operação realizada:

diagnóstico pós-operatório

relatório imediato do patologista (congelação)

destino dado à paga:

acidentes durante a operação:

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

OFF 343 USS 80-1000 CRM-407

Complexo Médico Hospital Santa Tereza -



F1079

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR
Santa Terezinha

330

DATA	HORA	ANOTAÇÕES	TEMP.	PULSO	RESPIRAÇÃO	PRESSÃO ARTERIAL
31/07/19	14h	Clinto segue bem em PO livre e agilidade, h. chato FO limpa, chiur ba presente, apênd a cética em uma Olse bemch uo- di Carlo Pau	36°C			120/70
	83hs	Paciente involuntário bem hidratado HCP	36,8°C			120x80
01/08	06hs	Paciente amarelo				
01/08	12:00	Paciente com EG satisfatória, sinais vitais con- trolados e sem queixas. Medi- cada com.	36,0°C			110/70mmHg
01/08/19	22:15	Paciente involuntário bem sem queixas sem medicação ambos os proxi- midade, segun- do enclados. Realizado curativo	36,0°C			110x80

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha



Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413

Número do documento: 2004151600240000000028745413

Num. 29886237 - Pág. 33

3ª

F4079

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM



COMPLEXO MÉDICO HOSPITAL
Santa Terezinha

DATA	HORA	ANOTAÇÕES	TEMP.	PULSO	RESPIRAÇÃO	PRESSÃO ARTERIAL
02/08/08	13:00	paciente evolui bem, consciente orientada, abelha de alimentação bem, eliminação presente e satisfatória, segue m.c. e m. illud	36.6°			140x100
02/08		paciente evolui bem, sem queixas, dieta diversificada, presente segue conduta enfermagem.	36.2°			120x100
03/02/08		paciente evolui bem, orientado melhor, mas do bem quando consciente, diurese, normotensa, normoalbuminúria, com diurese, presente diurese, m.c. e m. illud, segue pros ev.	36°			120x100

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha
R. Visconde José Honório Ath - Jangadeiros - CEP 05.005-200 - São Paulo - SP - Tel.: 011 3055-4555

F1079

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM



COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR

Santa Terezinha

DATA	HORA	ANOTAÇÕES	TEMP.	PULSO	RESPIRAÇÃO	PRESSÃO ARTERIAL
13/08/10	08:15	Paciente evoluiu bem, com melhora em seu quadro clínico, em uso de medicação com prescrição médica de acordo com a evolução.	36,6°C			120x80
14/08	14:00	Paciente evoluiu bem, com melhora em seu quadro geral, em uso de medicação com prescrição médica de acordo com a evolução.	36,6°C			120x80 mmHg
14/08	12:30	Paciente continua bem, com melhora em seu quadro geral, em uso de medicação com prescrição médica de acordo com a evolução.	36,6°C			120x80 mmHg
	22:00	Paciente evoluiu bem, com melhora em seu quadro geral, em uso de medicação com prescrição médica de acordo com a evolução.				

Complexo Médico Hospitalar Santa Terezinha
R. Visconde José Honório 511 - Jardim São Paulo - CEP 13.060-000 - São João del-Rei - MG - Tel. 031 3544.1111

360

F1079

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM



COMPLEXO MÉDICO HOSPITAL
Santa Terezinha

DATA	HORA	ANOTAÇÕES	TEMP.	PULSO	RESPIRAÇÃO	PRESSÃO ARTERIAL
05/08		Pet eufórico bem com com aderência aperta dieta higienizado nos ligado eucritico Venodise diurese prossente m.e.p. segue aos cuidados	36.0 ²			120/80
05/08	22:15	paciente eufórico indo bem, aderência boa, sendo realizado cuidados com medicação e, segue aos cuidados.				
06/08		Alto Hospitalar				

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha
R. Visconde José Honório - Jardim Santa Terezinha - CEP 65.805-290 - Sousa PB - Tel.: 33 3522.1777 - Fax: 33 3522.2780 - hat@newline.com.br



379

F1078

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM



COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR

Santa Terezinha

DATA	HORA	EVOLUÇÃO
31.07.2013		<p>paciente admitido para tratamento cirúrgico Cardiopatias Coronárias, miocárdio normotônico, apical superior, sistema de condução autônomo, normal planificado para cirurgia, sendo imediata PM</p> <p>PA: 130/70 mmHg T: 36°C</p>
		<p>Paciente POE, não apresenta, segue no leito, diátese boa, aguilão, apical, normotônico, POE boa, não pode auscultar, venoso não coda com</p> <p>PA: 120/80 T: 36°C</p>
01.08		<p>Paciente POE, sendo corado hidratado, aguilão, segue normotônico, diátese boa, diátese boa, venoso não coda com</p> <p>PA: 110/80 T: 36°C</p>
		<p>Paciente ativo, corado, hidratado, aguilão, apical, normotônico, aguilão diátese boa, diátese boa, não coda com</p> <p>PA: 110/80 T: 36°C</p>

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha
R. Vereador José Honório s/n - Jardim Sorrisândia - CEP 58.805-290 - Sousa PB - Tel: 53 3522.1777 - Fax: 53 3522.2790 - hs@newline.com.br



399

F1046

Evolução de Enfermagem



Paciente:

DATA	HORA	PRESCRIÇÃO
04.08		Pte. lícido, corado, hidratação, apêndice, supico, normotensão, acitor dietor, diurese pnte, FO límpida, venóclis medicado PA-120.80. r. 36°C
		Pte. bem ativo, corado, hidratação, apêndice, supico, normotensão, acitor dietor, diurese pnte, venóclis medicado PA-120.80. r. 36°C
05.08		Pte. lícido, corado, hidratação, apêndice, supico, normotensão, acitor dietor, diurese pnte, venóclis medicado PA-120.80. r. 36°C
		Pte. bem ativo, corado, hidratação, apêndice, supico, normotensão, acitor dietor, diurese pnte, venóclis medicado PA-120.80. r. 36°C

Complexo Médico Hospital Santa Terezinha - R. Vereador José Honório s/n - Jardim Sonríandia - CEP 66.606-290 - Sousa PB - tel.: 83 3522.1777 - Fax: 83 3522.2790 - htd@brazilia.com.br



FICHA DE ANESTESIA

409

NOME	GAYNE ROLIM ALVES	IDADE	33	SEXO	M	RESO	28
DATA	31/07/12	DIAGNÓSTICO PRÉ OPERATÓRIO		RISCO CIRÚRGICO			
HOSPITAL	SANTA TEREZINHA	FRATURA EXPOSTA		I - II - IV - V			
CLASSE	BRADESCO	OSSOS DO PE		PRÉ ANESTÉSICO			
GHL. MAT. PRONT. CP CON. CN CO		OPERAÇÃO		X — X			
CÓDIGO DA OPERAÇÃO		TRATAMENTO CIRÚRGICO		U.S.			

O ¹	10h	11h	12h
N ¹ O			
HALOTANO ETRENE ETER			

C	240	
36	220	
FA	200	
V	180	
A	160	
PELCO	140	
*	120	
ANES	100	
X	80	
OP	60	
O	40	
TEMP.	20	
ASPIR.		
A		
PVC		
W		
RESP.	Esport.	
	Assist.	
O	Centro.	

DROGAS UTILIZADAS		TÉCNICA		LÍQUIDOS	
@BUPROVACAÍNA PESADA = 14mg @CEFAZOLINA = 1g @GENTAMICINA = 80mg (3) @DIETILAMIDA		RAQUIANESTESIA #13-14 INÍCIO 10:45h FIM 11:30h ANESTESISTA <i>[assinatura]</i> CIRURGIÃO DR. LLIS ALBERTO		@SF09/500ml @VENOCISE c/2ELCOFF 18-4SE	



CENTRO CIRÚRGICO MATERIAL UTILIZADO



COMPLEXO MÉDICO HOSPITALAR

Santa Terezinha

F.1037

nome do paciente:	convênio:
Dr. Jayne Belim Alves	
procedimento:	anestesiologista:
Procedimento cirúrgico	Dr. Nando
cirurgião:	anestesia:
Dr. Luis Alberto	Nargui
hora início:	circulante:
	Falme
hora término:	data:
	21.04.18

	Aminofilina		Xilocaina 2% com adrenalina
	Atropina		Xilocaina 2% sem adrenalina
	Adrenalina		Dreno Torax
01	Água destilada - 10 ml		Xylostin em Gel
	Água destilada - 1000 ml		Atadura de crepon 15cm
	Bicarbonato de sódio		Agulha descartável
	Cloreto de Potássio		Algofil
	Cedilanide		Equipo de Sangue
	Dipirona		Blaturi elétrico
	Dexametazone 1 mg		Coletor de urina
	Dormonid		Cateter nasal
	Eforil		Curativo
	Enfureano		Catgut simples
	Fentanil		Catgut cromado
	Glicose		Coord clamp
03	Gentamicina 80 mg		Dreno Penrose
	Halotano		Agulha de Requi 27 1 25
01	Cefazolina		Equipo Macro
	Ketalar		Espessado 20cm
	Kanakion		Geze 6p.
	Lasix		Bolsa de Colostomia
01	Manitol		Luva 8,0 8,5 7,5 2
	Neocaina 0.5% pesada		Lamina blaturi 18x23
	Neocaina 0.5% isobérica		Monitorização cardíaca
	Neocaina 0.5% com adrenalina		Monomylon 18x3.0
	Neocaina 0.5% sem adrenalina		Oxigenoterapia
	Metoclopramide		P.V.P.I. degermante 80ml
01	Metronidazol		Pulseira
	Nelsedron		Ringer lactado
	Prostamine		Soro fisiológico
	Pancuron		Soro glicosado
	Qualcin		Serings 10 ml 20 ml 3 ml
	Revivan		Sonda foley
	Methergin		Sonda nasogástrica
	Syntocinon		Sonda uretral
	Transamin		Scalp
	Tiocol		Tubo orotraqueal
	Dimorf		Prolene
	Jelco		Vicryl
	Tornelrinha		Gease 10 cm 15 cm
	Tela		Algodão Ortopédico 10 cm 15 cm
01	Propofol		Eletrodo
	Traves de luvas de procedimento		Serings de insulina

assinatura do circulante

Complexo Médico Hospitalar Santa Terezinha
R. Vereador José Honório s/n - Jardim Somilândia - CEP 58.905-290 - Sousa PB - Tel.: 83 3522.1777 - Fax: 83 3522.2790 - hen@newline.com.br



Bradesco
Saúde

Guia de Solicitação de Internação

Oslidiana (Kloa)

41818104 31-200

2-Nº 1104926



439

Jayne Rahim Alves. 418.5591

Prorrogações

55-Data 01.08.12		56-Senha 29DR878		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod.		59-Acomodação		60-Qtde.	
61-Tabela	62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtde.		65-Qtde. Aut.				
				Atividade p/ serviço de pelo e para todos		05					
66-Tabela	67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtde.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$		
						09					
55-Data 06.08.12		56-Senha		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod.		59-Acomodação		60-Qtde. Autorizada	
61-Tabela	62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtde.		65-Qtde. Aut.				
				Atividade p/ serviço de pelo e para todos							
66-Tabela	67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtde.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$		
						02					
55-Data		56-Senha		57-Responsável pela Autorização		58-Tipo de Acomod.		59-Acomodação		60-Qtde. Autorizada	
61-Tabela	62-Código do Procedimento		63-Descrição		64-Qtde.		65-Qtde. Aut.				
66-Tabela	67-Código de OPM		68-Descrição OPM		69-Qtde.		70-Fabricante		71-Valor Unitário - R\$		



249



Bradesco
Saúde

Guia de Outras Despesas

Dados do Contrato Executado

2-Código de Operação/Contrato

1-000011731011

4-Tipo de Despesa

000

Proc. Hosp. Gadelma - D. Roldan

1-Registro AIS

005711

2-Nº Guia Referenciada

3-Código CNES

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição

6-CD 7-Data 8-Hora Final 9-Hora Inicial 10-Tabela 11-Código do Item 12-Quant 13-Valor Unitário 14-Valor Total 15-Valor Total 16-Descrição



Dados do Contratado Executante		Data		Assinatura	
Paulo Roberto de Almeida		10/01/2011		[Assinatura]	

[illegible]

911018

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2252727

17 M 1979

Nome: JAYNE ROLIM ALVES

Nome: Jose Alves da Silva

Nome: Charmine Rolim Alves

Nome: Charmine Rolim Alves

22.06.1979

Cart, Nasc. Nelo. 367. fls. 128. liv. 1

18-Cart, Cajazeiras-PB

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413

Número do documento: 2004151600240000000028745413

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA, DI/P. 040

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

IMAGEM DO TITULAR

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413

Número do documento: 2004151600240000000028745413

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: JAYNE ROLIM ALVES

Nº de Inscrição: 026793204-92

Data do Nascimento: 22/06/79

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413

Número do documento: 2004151600240000000028745413

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/01/96

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 14/04/2020 10:19:48

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2004151600240000000028745413

Número do documento: 2004151600240000000028745413

47



48/9

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JAYNE ROLIM ALVES,
portador(a) da Identidade nº 2451520 SSPPB e inscrito(a) no
C.P.F sob o nº 892.331.153-72, declaro para
devidos fins de seguro DPVAT que resido no endereço
(Rua) DEPUTADO JACOBINO GUILHERME FRANTZ Nº 371,
(Complemento) -, (Bairro) CENTRO,
(Cidade) SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (Estado) PB,
CEP 58930-000.

Esta declaração é a expressão da verdade, pela qual me responsabilizo
perante a lei (Artigo 299 do Código Penal).

Jayne Rolim Alves
Assinatura

Caso necessário perícia médica
ligue para Regine Pinho (83) 9162-8020
(83) 9655-9898



CONTA DE CONSUMO DE AGUA / ESGOTO E SERVIÇOS



CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA

Rua Feliciano Almeida, s/n - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM
A CAGEPA, INFORME
ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

7023271-7

REFERÊNCIA

SET/2012

RESIDENCIAL JOAO NOBREGA
RUA DEP JACOB GUILHERME FRANTZ, 371 2 ANDAR AP 02
CENTRO 58910-000
SAO JOAO DO RIO DO P

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
104.02.145.0301	000	Residencial	Comercial	Industrial	Pública	0
1	0	0	0			
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
			LIGADO	POTENCIAL		
<p>ANTERIOR ATUAL CONSUMO (m³) NUM. DE DIAS PRÓXIMA LEITURA</p> <p>Leitura : 0 0 0 30 16/10/2012</p> <p>Data da Leitura : 14/09/2012 10:24:41</p> <p>GRAF. / HIST. DE CONSUMO / ANOR. LEITURA : QUANTIDADE DA AGUA-DECRETO 5.443/05 - M3.</p> <p>NÚMERO DE ANCHORAS : VALORES</p> <p>PARÂMETROS : TURBID. 1.6</p> <p>CON. 6.2</p> <p>CLORO. 1.7</p> <p>COLIFORMES TOTAIS. 0</p> <p>MÉDIA(M) 1 0</p> <p>Dados Referentes a: 7/2012</p>						
DESCRIÇÃO	CONSUMO	VALOR AGUA	VALOR ESGOTO	TOTAL(R\$)		
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10	22,54		22,54		
VENCIMENTO: 29/09/2012		Total a Pagar: R\$ 22,54				



CONDIÇÃO DE LEITURA: NÃO REALIZADA CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: SEM HÍDR. TIPO DE TARIFA: NORMAL
POSICÃO DE DÉBITO(S) ANTERIORES: NÃO EXISTE(M) CONTA(S) ANTERIOR(ES) EM DÉBITO.
DÉBITO EM CONTA NO BANCOS: 237

INFORMAÇÕES GERAIS:

SEMPRE E HORA DE COMBATER A DENGUE. SE VOCE AGIR, PODEMOS EVITAR.

V. 14.4



CAGEPA

MATRÍCULA

REFERÊNCIA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

7023271-7

SET/2012

29/09/2012

R\$ 22,54

** CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO **



50

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA - A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 8841441699 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME / ENDEREÇO
PAULO RUBENS BATISTA DE ANDRADE

CNPJ / CPF 06837008471 PLACA NPX7729/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 8841441699 EXERCÍCIO 2010 DATA EMISSÃO 16/11/2010

NOME / ENDEREÇO
PAULO RUBENS BATISTA DE ANDRADE

VIA 1 06837008471 PLACA NPX7729/PB

CC 177281626 GAS HONDA/CB 300 R

ANO 2009 CAT. 9 9C2NC4310AR028095

PREMIO ATUAL ***** SEGURO PAGO

Seguradora Líder dos Consórcios
da Seguro DPVAT S/A
13471-0953082-20101116
CNPJ: 09.248.008/0001-04



O SEGURO TEM POR FINALIDADE DAR COBERTURA A DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO.

O SEGURO DE DPVAT É OBRIGATORIO PARA TODOS OS PROPRIETARIOS DE VEÍCULOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.194 DE 19.12.1974.

NA EVENTUALIDADE DE SINISTRO, DEVE-SE A UMA SEGURADORA CONSORCIADA, A QUAL ENCAMINHARÁ OS DOCUMENTOS A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO POR PESSOA VITIMADA:

MORTE	INVALIDEZ PERMANENTE	DANS
R\$ 15.500,00	ATE R\$ 13.200,00	ATE R\$ 2.700,00

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA NECESSÁRIA PARA PEDIDO DE INDENIZAÇÃO:

- MORTE: REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE, CERTIDÃO DE ÓBITO E PROVA DA QUALIDADE DE BENSOLÁRIO.
- INVALIDEZ PERMANENTE: LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ACIDENTE, QUALIFICANDO A EXTENSÃO DAS LESÕES FÍSICAS OU PESSOAIS DA VÍTIMA E ATESTANDO O ESTADO DE INVALIDEZ PERMANENTE, DE ACORDO COM OS PERCENTUAIS DA TABELA CONSTATANTE DA NORMA DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS, SUPLEMENTADAS, QUANDO FOR O CASO, PELA TABELA DE ACIDENTES DO TRABALHO E DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS; REGISTRO DA OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE.
- DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES - DANS: PROVA DAS DESPESAS MÉDICAS EFETUADAS; PROVA DE QUE AS DESPESAS DECORREM DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE DANOS PESSOAIS DECORRENTES DE ACIDENTE ENVOLVENDO VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE; REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL COMPETENTE, DA QUAL DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, O NOME DO HOSPITAL, AMBULATÓRIO, OU MÉDICO ASSISTENTE QUE TIVER PRESTADO O PRIMEIRO ATENDIMENTO À VÍTIMA, O VALOR SERÁ VARIÁVEL, CONFORME A SOMA DAS DESPESAS COBERTAS E COORDINADAS, ATÉ OS LIMITES DEFINIDOS NAS TABELAS AUTORIZADAS PELA SUPERVISÃO.
- AS SEGURADORAS PODERÃO SOLICITAR DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, NOS TERMOS DO ARTIGO 30 DO ANEXO A RESOLUÇÃO CNP Nº 154, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2006.
- PRÉCIO PARA LIQUIDAÇÃO DE SINISTRO: TRÊS DIAS, A PARTIR DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA.
- CENTRAL DE ATENDIMENTO DOS CONSORCIADOS - DPVAT TEL. 0800-0221204.
- SUPER - ATENDIMENTO AO PÚBLICO: TEL. 0800-027844.
- SITE PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE SEGURO DPVAT: <http://www.dpvatseguro.com.br>
- VIGÊNCIA DO SINISTRO: DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE ESTE SINISTRO.

OBSERVAÇÕES:

- PARA CÁLCULO DO TOTAL A PAGAR EM REAIS:
- APLICAÇÃO PERCENTUAL DO IOR SOBRE O PRÊMIO TARIFÁRIO ACRESCIDO DO CUSTO DO SINISTRO.
- O PRÊMIO TOTAL A PAGAR É IGUAL À SOMA DO PRÊMIO TARIFÁRIO + CUSTO DO SINISTRO + IOR.
- O SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - DPVAT É PARTE INTEGRANTE DO LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS.
- PAGUE O SEU SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT JUNTAMENTE COM A PRIMEIRA QUOTA DO QUOTA ÚNICA DO IMPORTE DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR - IPVA, O VITÓRIO DO IMPORTE E DO SEGURO OCORREM SEMPRE EM CONDIÇÃO DE PARIDADE.
- É IMPORTANTE RESALTAR QUE, SE O SEGURO OBRIGATORIO NÃO FOR PAGO, O VEÍCULO NÃO ESTARÁ DEVIDAMENTE LICENCIADO (ART. 2º RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 188).
- 40% (QUARENTA E CINCO POR CENTO) DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATORIO PAGO, É REPASSADO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA-HOSPITALAR AS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 27 DA LEI Nº 8.112, ALTERADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 30 DA LEI Nº 9.250).
- EM CASO POR CEMTO DO VALOR DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATORIO É REPASSADO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DNAT, PARA APLICAÇÃO EM PROGRAMAS DESTINADOS À PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 78 DA LEI Nº 9.503 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
CNPJ: 09.245.608/0001-04
Rua Senador Dantas, 74 - 5º andar
Centro - Rio de Janeiro
www.seguradoralider.com.br

32272-216.06

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



519

Dados Informados

CPF do Beneficiário: 026.793.204-92
Número do sinistro: 2013161437

Outros dados deste sinistro

Nome do beneficiário: JAYNE ROLIM ALVES
Nome da vítima: JAYNE ROLIM ALVES
Cobertura: Invalidéz

Informações importantes

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. A seguradora que acolheu o seu pedido de indenização foi a **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder, administradora do Seguro DPVAT. **O prazo para emissão do parecer final é de até 30 dias a contar da data da entrega da documentação completa.**

Posição em: 13/09/2013 - 11:11

Indenização creditada no banco no valor de R\$ 1.687,50



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOAO PESSOA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 03/09/2014 13 horas 30 minutos

Processo: 0057409-63.2014.815.2001

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 11812,50

Serie : 10

Autor : JAYNE ROLIM ALVES

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 13A. VARA CIVEL

Juiz : ANTONIO SERGIO LOPES

omotor:



53
9

JP(PB), 15/12/2014.

CONCLUSÃO

JP(PB), 16, 12, 2014.



ESTADO DA PARAÍBA PODER JUDICIÁRIO

13ª VARA CÍVEL

- () Defiro o pedido de fls. _____. Intime-se.
- () Intime-se a parte _____ para requerer o que entender de direito, em cinco dias.
- (X) Defiro a Gratuidade Judicial. Intime-se.
- () Intime-se a parte autora para trazer aos autos declaração de hipossuficiência financeira, em dez dias, sob pena de indeferimento do pedido de justiça gratuita.
- (X) Cite-se na forma do pedido.
- () Remeto a apreciação do pedido de antecipação de tutela/liminar para após a ouvida do(a)(s) ré(u)(s).
- () Cite-se para pagamento do débito em três dias, sob pena de penhora compulsória. Para pagamento imediato, fixo honorários em 10% sobre o valor da dívida.
- () À Impugnação: Intime-se.
- () Intime-se o(a) exequente para dizer sobre o detalhamento de ordem judicial de bloqueio, em dez dias.
- () Defiro o pedido de bloqueio on line. Decorridas 72 horas, certifique-se a efetivação e, em caso positivo, intime-se o(a) executado(a) para apresentar impugnação, em 15 dias.
- () Certifique-se a tempestividade do (a) _____. Cts.
- () Recebo a apelação em ambos os efeitos I, a parte recorrida para oferecer suas contra-razões. Intime-se.
- () Remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça.
- () Cumpra-se, com brevidade, o despacho de fls. _____.
- () Intime-se o(a) devedor(a), através do advogado, para, em quinze dias, efetuar o pagamento do débito, conforme planilha de cálculo trazida com a petição (fls. _____), sob pena de ser acrescida multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor executado (art. 475-J, do CPC).
- () Designo audiência de _____ para o dia _____, às _____ horas. Intimações necessárias.
- () Remetam-se os autos à Contadoria para apuração das despesas processuais. Com o retorno, intime-se a parte _____ para comprovar o recolhimento, em dez dias, sob as penas da lei.
- () Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada.
- () I, a parte autora, pessoalmente, para em 48 horas providenciar o impulsionamento do feito, sob pena de extinção.
- () I, a parte _____ para recolher o valor das custas da diligência que requereu, em _____ dias, pena de indeferimento do requerido.
- () I, a parte _____ para dizer sobre os termos da certidão/petição/A.R. de fls. _____, em 10 dias.
- () Cite-se o requerido para exibir os documentos identificados na inicial, no prazo de cinco dias, ou contestar a ação em igual prazo.
- () I, a parte vencedora para, querendo, promover a execução do julgado em 10 (dez) dias. Nada requerido, aguarde-se por trinta dias e, decorrido este prazo sem manifestação, ao arquivo independentemente de outro despacho.
- () Intimem-se as partes para dizerem sobre a petição/certidão/cálculo de fls. _____. Prazo de dez dias.
- () Aguarde-se em Cartório por _____ dias. I.
- () Suspendo o feito por _____ dias. I.
- () Ao arquivo, com as cautelas legais, com baixa na distribuição.
- () Anote-se nos autos o(s) nome(s) do(s) novo(s) advogado(s) da(s) parte(s).
- () Dê-se vista dos autos fora de cartório ao patrono da parte _____, pelo prazo de _____ dias.
- () I, as partes para que informem se ainda pretendem produzir provas e, em caso positivo, especifiquem-as de modo circunstanciado. Prazo comum de 05 (cinco) dias. Intime-se.

João Pessoa, 21 de janeiro de 2015.

DATA

Nesta data, foram-me entregues
estes autos e lido este termo.

João Pessoa, 21 de 2015

MAGNOLEDES RIBEIRO CARDOSO Analista / Técnico

Juiz de Direito



JUNTADA
Nome data, junta dos presentes autos
A petição adiante (Autor)
João Pessoa PB 21 / 09 / 13
0
Analista / Técnico



55
6
EXP. CARTA CITAÇÃO
JANEIRO.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO
DA PARAÍBA.

R+1 - FLS.
08/10/2015

PROCESSO Nº 0057409-63.2014.8.15.2001

JAYNE ROLIM ALVES, suficientemente qualificado (a) nos autos do feito epigrafado, por conduto de seus advogados, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência pugnar pela juntada aos autos do feito do SUBSTABELECIMENTO anexo, que habilita a causídica signatária nos autos deste processo.

A parte suplicante ressalta que não vislumbra qualquer outra possibilidade de compor amigavelmente a lide em referência a não ser através da inclusão deste processo em evento organizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça da Paraíba, pelo que desde já requer digno-se Vossa Excelência em determinar seja este feito encaminhado para inclusão na pauta do próximo MUTIRÃO DO DPVAT.

Ademais, reitera o pedido de realização de perícia sobre o (a) autor (a) para demonstração do grau de invalidez pelo (a) mesmo (a) apresentado (a)

Requer que qualquer notificação concernente ao presente seja exclusivamente realizada em nome da bela. **EURIJANE AUGUSTO FERREIRA**, inscrita na OAB-PB sob nº 20.281-A.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa-PB, 12 de março de 2015.

EURIJANE AUGUSTO FERREIRA
OAB/PB 20.281-A

Diego Victor Lobo Silveira
ADVOGADO
OAB-CE 25.815



SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, SEM RESERVAS, OS PODERES QUE ME FORAM OUTORGADOS POR JAYNE ROLIM ALVES, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0057409-63.2014.815.2001, QUE LITIGA CONTRA SEGURADORA LODEA E OUTROS, TRAMITANTE PERANTE A 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA À ILUSTRE ADVOGADO(A) DR(A). **EURIJANE AUGUSTO FERREIRA**, INSCRITA NA OAB/PB SOB O Nº **20.281-A**. DORAVANTE SEJAM AS INTIMAÇÕES INERENTES AO PRESENTE FEITO DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE À CAUSÍDICA ORA SUBSTABELECIDA, SOB PENA DE NULIDADE.

JOÃO PESSOA - PB, 09 DE DEZEMBRO DE 2014



JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
OAB/PB 18.596-A



Diego Victor Lobo Silva
ADVOGADO
OAB-CE 25.815



58

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que deixei de
cumprir o despacho de fls.
54 em virtude da petição
rehe.

João Pessoa - PB 22/09/15

Analista / Técnico

CONCLUSÃO

em 22/09/15

João Pessoa - PB 22/09/15

Analista / Técnico





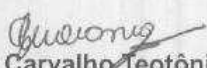
ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
13ª VARA CÍVEL

58
✓

Vistos, etc.

Em virtude do Mutirão DPVAT, que ocorrerá de 23 a 27/11/2015, deixo de dar andamento aos autos e remeto ao cartório a fim de ser disponibilizado as partes.

João Pessoa, 24 de novembro de 2015.


Gianne de Carvalho Teotônio Marinho
Juíza de Direito

DATA

Número da(s) folha(s) em branco
assim como a folha em branco.

João Pessoa (PB) 25 / 11 / 15


Arquivista / Técnico



CERTIDÃO
Certifico e dou fé em estes autos
retornarem do mutirão
DPVAT sem acordo. Portanto,
faço conclusão dos autos.
Jairo Fernandes 26/11/15
de
Aracaju, 26 de Novembro de 2015.

CONCLUSÃO
Concluído o processo em 26/11/15
Jairo Fernandes 27/11/15
de
Aracaju, 27 de Novembro de 2015.





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
13ª Vara Cível

Vistos, etc

Dispõe o art.145, §1º, do CPC, in verbis:

Art.145. Há suspeição do juiz:

§1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Em decorrência de fato superveniente e por questão de foro íntimo me averbo de suspeito para processar e julgar o presente feito e determino, portanto, a remessa ao substituto legal para os fins legais.

João Pessoa, 6 / 06 / 2016.


ANTONIO SERGIO LOPES
Juiz de Direito

DATA

Nesta data, foram-me entregues estes autos e fixo este termo.

João Pessoa (PB), 09, 06, 2016



Marcia Roxana Fernandes



CONCLUSÃO P/ SUBSTITUTO Legal

60
D

Nesta data, faço conclusos estes autos
ao Dr. Juiz de direito desta vara.

José Pessoa de 10 / 06 / 2016



Analista / Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
13ª VARA CÍVEL

Vistos, etc.


Designa-se audiência de conciliação/mediação devendo ser citado(a) e intimado(a) o(s) réu(s) na forma do art. 334 do NCPC;

Fica a parte autora **intimada** na pessoa de seu advogado (NCPC, art. 334, § 3º).

Cite(m)-se/Intime(m)-se a(s) parte(s) promovida(s).

Defiro a Gratuidade Judicial. Intime-se.

João Pessoa, 10 de janeiro de 2017.


DANIELA FALCÃO AZEVEDO
Juíza de Direito em Substituição

L

DATA

Certifico que nesta data recebi os presentes autos do MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível.

João Pessoa, 03 / 02 / 17




Analista/Técnico



CERTIDÃO


Certifico que, de ordem da MM. Juíza de Direito, Dra. Daniela Falcão, faço conclusão destes autos.

João Pessoa, 06 de outubro de 2017.


Verônica de A. Lorenzo Marinho
Técnica Judiciária

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos
ao Dr. Juiz de Direito desta Vara.
JP(PB), 09 / 10 / 17.



Analista/técnico



63
Fog



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
13ª VARA CÍVEL

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de realizar audiência de conciliação prévia designada.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

João Pessoa, 31 de outubro de 2017

DANIELA FALCÃO AZEVEDO
Juíza de Direito

L

DATA

Certifico que nesta data recebi os presentes autos do MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível.

João Pessoa, 19 / 12 / 17

Fog

Analista/Técnico



JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
PETICÃO ADIANTO
João Pessoa(PJ) 05 02 13
ANEXO TÉCNICO

CLS Juiz SUBST. 09/02/17

69
R

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 13ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA.

1X

PROCESSO NÚMERO: 0057409-63.2014.815.2001
PROMOVENTE: JAYNE ROLIM ALVES
PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
OBRIGATORIO DPVAT E OUTRA

JAYNE ROLIM ALVES, devidamente qualificados nos autos do
feito em epígrafe, vêm, através de sua advogada, com espeque no art. 485, VIII,
§4º do CPC/15, requerer a DESISTÊNCIA DA AÇÃO em referência.

Roga, por consequência legal, seja as acionadas intimadas do
presente pedido, empós o quê, seja por este diligente magistrado(a) decretada por
sentença a extinção do feito.

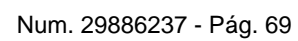
Termos em que pede deferimento.

João Pessoa/PB, 27 de novembro de 2017.


EURIJANE AUGUSTO FERREIRA
OAB/CE 16326
OAB/PB 20281-A



Amelia / Enrico





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
13ª VARA CÍVEL

SENTENÇA

Processo nº 0057409-63.2014.815.2001

AÇÃO ORDINÁRIA

A. JAYNE ROLIM ALVES

R. SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

SENTENÇA

AÇÃO ORDINÁRIA -Desistência da ação.
Homologação. Extinção do feito sem julgamento de
mérito. Inteligência dos arts. 200, parágrafo único, e
485, VIII do CPC.

*Extingue-se o feito sem julgamento de mérito, quando a
parte autora desiste de prosseguir com o processo.*

Vistos, etc...

JAYNE ROLIM ALVES propôs a presente **AÇÃO
ORDINÁRIA** contra SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, todos devidamente
qualificados, aduzindo os fatos narrados na exordial.

Juntou aos autos documentos e procuração.



67
444

O feito teve tramitação regular.

Na petição retro juntada, requereu a parte autora a desistência da ação e sua consequente extinção.

Vieram-me os autos conclusos.

É O RELATÓRIO.

DECIDO

Diante do pedido de desistência formulado pela parte autora, não havendo necessidade de oitiva da parte ré, eis que não foi formalizada a citação, resta tão só ao Magistrado a homologação do pedido com a consequente extinção do feito.

Isto posto, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** manifestada e, em consequência, **DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO**, com supedâneo nos arts. 200, parágrafo único e art. 485, VIII, todos do CPC.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Condeno o promovente ao pagamento das custas, com fulcro no art. 85, §2º do CPC e art. 98, §3º do mesmo Código.

Transitada em julgado, certifique-se.

P.R.I.

João Pessoa, 09/05/2018

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito





ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
Fórum Des. Mário Moacyr Porto - Av. João Machado, 532, 5º Andar – Jaguaribe

CERTIDÃO

Certifico, nos termos do provimento CGJ/PB nº. 22/2017, que registrei a sentença na pasta eletrônica e a publiquei na presente data. O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa, 15 de maio de 2018.




Analista Técnica Judiciária

DATA

Nesta data, foram-me entregues estes autos e digo este termo.

João Pessoa (PB), 05 / 06 / 18



Analista / Técnica(s)



VISTO EM INSPEÇÃO/CORREÇÃO/REVISÃO

1. () Concluído os 15% para os devidos fins.
2. () Cumpra-se o despacho no prazo de _____ dias.
3. (X) Cumpra-se a sentença no prazo de _____ dias.
4. () Proferir despacho/decisão em _____ dias.
5. () Cumpra-se, com urgência, o despacho/decisão, em _____ dias.
6. () Proferir despacho/decisão, com urgência, em _____ dias.
7. () Cumprimento: a) () Cumprido; b) () Não Cumprido.

05/10/18

18

EXPEDIÇÃO DE NOTA DE FORO

Certifico e dou fé que expedí a Nota de Foro nº 61118, às fls. 66167. Dou fé.

João Pessoa (PE),

31/10/18

Analista / Técnico

CERTIDÃO

Certifico que a nota de foro contendo despacho ou sentença foi publicado no diário da Justiça de dia 05/11/18.

João Pessoa - PE, 05 de 11 de 18.

Vistos

TRANSITO EM JULGADO

Certifico que em _____ transição

em Juízo, Dou fé.

João Pessoa - PE.

Analista/Técnico Judiciário

TRANSITO EM JULGADO

Certifico que em 28/11/2018 transição

em Juízo, Dou fé.

João Pessoa - PE, 28/11/18.

Analista/Técnico Judiciário



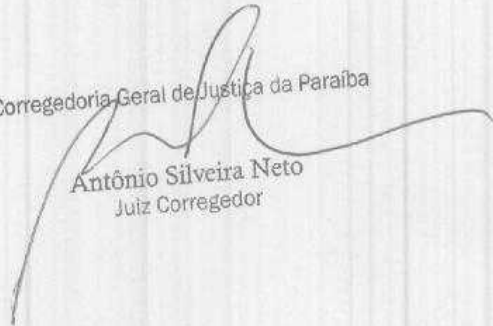
69
Q

CONCLUSÃO

Assim, após, após consulta aos
autos do Dr. Juiz de Direito desta Vara,
findo Pessoa(PJ) 28/06/19

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
PROVIMENTO
☒ CUMPRIDO () NÃO CUMPRIDO

09 DEZ 2019

Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba

Antônio Silveira Neto
Juiz Corregedor





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL,
AVENIDA JOÃO MACHADO, 532 – 5º ANDAR – JAGUARIBE
58.013-520 – JOÃO PESSOA PB
TELEFONES: (83) 3208-2487, 3208-2488

70
OP

ATO ORDINATÓRIO:

Iniciado o procedimento de migração dos autos para o Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência nº 050/2018.

João Pessoa-PB., 30/01/2020

TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico que nesta data expedi a **NF nº 008/20**, contendo o ato ordenatório acima para ciência aos Advogados.

João Pessoa-PB., 30/01/2020

TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO

BAIXA E REMESSA

Certifico que nesta data baixei e fiz remessa destes autos à Coordenação do Projeto de Digitalização para os devidos fins.

João Pessoa-PB, 30/01/2020.

TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA

13ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO
PESSOA - PB - CEP: 58013-520

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0057409-63.2014.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JAYNE ROLIM ALVES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.,

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0057409-63.2014.8.15.2001** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

JOÃO PESSOA, 22 de maio de 2020.

FABIO DE SOUSA ANDRADE
Técnico Judiciário